



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

ATA da 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021

No dia 25 de fevereiro de 2021, foi realizada a 1ª reunião ordinária do CMEP, às 19h00, por meio de aplicativo de videoconferência Google Meet. Reuniram-se os conselheiros: Evalda de Andrade Silva Costa, Tânia Vieira Crescenzo, Josafá Agra, Andrea Campos Sales, Maria Lúcia dos Santos, Tiago da Cunha Fernandes, Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino, Ellen Mathias Alves Cruz, Roseli Marques dos Santos Freire e Milton Gonçalves Rocha.

A presidente Evalda deu as boas-vindas e leu a Ata da reunião anterior. Em seguida, relembrou que em 2020 haviam discutido, em reunião do CMEP com registro em Ata, que o colegiado, de acordo com o Decreto nº 5.468, de 22 de novembro de 2017, que homologa o seu Regimento Interno, deveria envidar esforços para o monitoramento das Metas do Plano Municipal de Educação, de acordo com o artigo 2º, alínea “e” do referido Decreto. Evalda também frisou, com vistas à assunção de uma gestão transparente, que havia escrito, via e-mail institucional, para a Sr.ª Luciana Ferreira, secretária municipal de Educação, com vistas a informar que o MEC lançou no final de janeiro de 2021, uma plataforma na qual servidores das secretarias deveriam incluir informações de monitoramento do Plano Municipal de Educação; ao que Luciana Ferreira respondeu que a SME estaria aderindo à plataforma. Segue site que legitima a informação veiculada pelo CMEP: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/mec-institui-plataforma-virtual-para-avaliar-planos-de-educacao?amp>

Posto isso, Evalda questionou, junto aos conselheiros, se seria mais dever do CMEP, diante da nova conjuntura, o monitoramento do PME, de acordo com os diálogos engendrados para este fim e registrados em Atas anteriores do colegiado; ao que houve entendimento comum que não seria dever do CMEP realizar tal monitoramento, embora exista o Decreto nº 5.468, de 22 de novembro de 2017. Destarte, foi considerado que, por estarmos num contexto de constantes reformulações e redesenhos, o CMEP deixaria a cargo da SME o monitoramento do PME, via plataforma do MEC. Em virtude dos fatos, Evalda e Tânia propuseram a pauta sobre replanejamento das ações do colegiado, tendo-se em vistas que em 2021 seriam lançados os processos de eleição da nova composição para o biênio 2021/2023.

Em seguida, Evalda continuou falando para elucidar que, dentre as propostas do CMEP, realizadas logo no início da gestão, como, por exemplo, a vinda da professora Jussara Hoffmann ao município para assessoria sobre avaliação educacional, a proposta de educação ambiental se mantinha em desenvolvimento. Evalda compartilhou em tela o projeto do gibi “Libertar é preciso”, que conta com a ilustração e diagramação do designer Eduardo Munhoz. Mencionou que a ideia, após impressão com a chancela da Prefeitura – sendo a impressão um compromisso anteriormente firmado com o ex-secretário de educação Júlio Valle – seria a distribuição gratuita do gibi na rede municipal de ensino. Evalda afirmou que a conclusibilidade deste projeto perfazia um dever moral, já que com a pandemia, outros projetos foram inviabilizados.

Com base nisso, ela questionou os conselheiros sobre um possível replanejamento e sugeriu um simpósio de educação, ao que os conselheiros e conselheiras responderam afirmativamente. A partir disso, ideias e propostas foram apresentadas, com vistas à construção gradativa e coletiva de um projeto.

O conselheiro Tiago da Cunha passou a falar e discorreu sobre a importância de convidarmos pessoas para discorrerem sobre temas como avaliação, recuperação, técnicas e estratégias para cuidado dos alunos, ressignificação do espaço escolar. A vice-presidente, professora Tânia, concordou com a ideia de Tiago. O conselheiro Josafá pontuou que seria necessário pensarmos também em estratégias que pudessem dirimir os casos de abuso contra crianças. Destacou que é na escola onde esses casos podem ser identificados. Tiago pontuou que deve haver caminhos de acolhimento e de escuta, em conjunto com o SDS (Sistema de Garantia de Direitos), com vistas ao fortalecimento da rede protetiva. Evalda frisou que, logo após a reunião que o CMEP teve com a assistente social e membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Sandra Alves e o membro do 2º Conselho Tutelar, Rodolfo Rocha, reunião ocorrida em outubro de 2020, com registro em Ata, houve uma campanha nas redes sociais de fortalecimento do SDS. A conselheira Maria Lúcia destacou que um Simpósio seria pertinente, uma vez que Pindamonhangaba está entre os municípios mais violentos do Vale do Paraíba, segundo dados recentes. Andrea Campos Sales mencionou que o SDS funcionava, há algum tempo, de forma eficaz, mas que hoje se trata de um setor que precisa melhorar e otimizar o acolhimento. Sugeriu que convidássemos ao Simpósio a conselheira tutelar de Moreira César, Cristiane Oliveira. A professora Tânia sugeriu que os temas fossem divididos, com vistas à propositura de reflexões sobre eixos como retorno e acolhida. A conselheira Ellen Mathias pontuou sobre a importância do retorno; e o conselheiro Milton Gonçalves demonstrou preocupação para com as famílias, cujos filhos permanecem em casa sem assistência. Tiago retomou a fala, considerando que poderia ser também convidada ao Simpósio uma promotora de Jacareí, cujo trabalho é o de reforçar o SDS, e que, ao longo dos anos, esse trabalho tem se consolidado. Tiago sugeriu que o Simpósio fosse realizado no mês de maio de 2021, tendo-se em vistas o calendário escolar. Evalda sugeriu que o Simpósio tivesse como público alvo os docentes da rede municipal de ensino e perguntou à professora Tânia, que é da rede, se isso seria possível, ao que Tânia disse que poderíamos averiguar a possibilidade junto à SME. Tiago ficou de sugerir mais nomes para convidarmos ao evento. Evalda perguntou se, no grupo, havia alguém com experiência de transmissões ao vivo; ao que o conselheiro Josafá alegou que poderia fazer isso tranquilamente. Evalda enfatizou que em 2020, o CMEP trabalhou bravamente e que, com vistas aos esforços envidados, 2021 poderia ser mais tranquilo, apesar do tema do Simpósio ser igualmente urgente. Enfatizou que o evento poderia ser uma construção coletiva e que o planejamento poderia ir se dando aos poucos. Mencionou que na próxima reunião, prevista para ocorrer na última quinta-feira de março, a saber, dia 25, o colegiado já teria tempo suficiente para maturar a ideia e arrematar um evento bonito que poderia ser muito útil ao município. A presidente agradeceu pela presença de todos.

E nada mais havendo a declarar, eu, Evalda de Andrade Silva Costa, em condição *adi hoc*, assino a presente ata que também será assinada por todos os presentes.

